

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 48400.700368/2018-22

1. JUSTIFICATIVA

1.1. Tendo em vista o encerramento do contrato atual e em atendimento ao solicitado no Memº nº 02/2018-DCSG/CRL/CGA/DGADM, bem como a necessidade do DNPM em abastecer o estoque da Frota de Veículo no fornecimento de Gasolina Comum, Alcool e Óleo Diesel, conforme **IN 05 SLTI/MPOG, de 25/05/2017** e Lei 8.666/93, faz-se necessária a nova contratação.

1.2. Justifica-se ainda, a necessidade de abastecimento do Gerador movido a Diesel, para as Cargas prioritárias dos equipamentos CPD; Cartão de Ponto; Protocolo; Bombas de Esgotos; e Iluminação de Emergência, no caso de falhas de transmissão de energia.

2. OBJETIVO

2.1. A contratação objetiva, por fim, respeitada a isonomia entre os licitantes, selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, que garanta a boa qualidade dos serviços prestados a custos mais reduzidos, contribuindo para diminuição dos gastos governamentais.

3. OBJETO

3.1. O presente Termo de Referência se destina à contratação de empresa visando o fornecimento de combustíveis (**gasolina, álcool e óleo diesel**), conforme especificações constantes no item 4 do Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO/DETALHAMENTO

ITEM	SIASG	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES	QUANTIDADES
01	BR0016950	Gasolina Comum	4.500
02	BR0150371	Álcool Comum	2.000
03	BR0016993	Óleo Diesel Comum	3.500

*** Foi utilizado o valor médio cobrado por litro no mês de fevereiro de 2018 em posto no DF, contudo os preços devem ficar dentro dos limites da tabela da ANP (<http://www.anp.gov.br>).**

5. DA PROPOSTA

5.1. A proposta deverá ser impressa e apresentada em papel timbrado da empresa, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas. As folhas devem estar rubricadas e a última assinada pelo representante da empresa.

5.2. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua apresentação.

6. DA ORDEM DE SERVIÇO

6.1. O abastecimento se dará, na rede credenciada da **CONTRATADA**, mediante

apresentação de Requisição de Abastecimento emitida e autorizada pelo **DNPM** (OS).

6.2. O **DNPM** fornecerá à contratada relação de empregados credenciados a solicitar os serviços de abastecimento de Combustível para frota de veículos oficiais, de acordo com a demanda.

7. DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE

7.1. A **CONTRATADA** deverá garantir a qualidade dos combustíveis fornecidos pela sua rede credenciada, conforme especificações exigidas pela ANP, durante toda a vigência do Contrato.

8. DA ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO DE CUSTO

8.1. O custo estimado do objeto adquirido, foi calculado pela média das propostas recebidas, conforme descrito no documento SEI nº 0229073.

9. DA VIGÊNCIA

9.1. O Contrato a ser firmado vigorará por 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura, não podendo ser prorrogado na forma do art. 57, da Lei nº 8.666/93, por tratar-se de aquisição de bens (combustível).

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Observar a tabela da ANP (Agência Nacional do Petróleo) relativamente à variação dos preços médios dos combustíveis, bem como apresentar as planilhas de custos elaboradas com a finalidade de parametrizar o preço de venda dos produtos, sempre que solicitado pelo **DNPM**.

10.2. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços, objeto desta contratação, ficando claro que a ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do **DNPM** não eximirá a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à execução dos serviços.

10.3. Assegurar que não possam ser abastecidos os veículos que não estejam cadastrados na frota do **DNPM**.

10.4. Fornecer os combustíveis sempre que solicitado, no período diurno e/ou noturno.

10.5. Manter, no ponto de abastecimento, pessoal e equipamentos suficientes para o atendimento, bombas de óleo diesel, álcool e gasolina comum.

10.6. Abastecer os veículos, que compõe ou que venham a compor a frota do **DNPM**, com produtos de primeira qualidade.

10.7. Efetivar o fornecimento mediante a apresentação de requisição específica (autorização para abastecimento), em duas vias, expedida pelo **DNPM**, assinada exclusivamente por servidores previamente designados.

10.8. Autorizações para comercialização de combustíveis emitida pela ANP.

10.9. Fornecer combustível que atenda a especificação técnica exigida pela Agência Nacional de Petróleo – **ANP** – www.anp.gov.br/precos/abert.asp.

10.10. A empresa deverá manter as condições de participação no período que estiver atendendo ao **DNPM**.

10.11. O combustível fornecido deverá estar rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Termo de Referência. A inobservância destas condições implicará recusa do objeto sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da contratada inadimplente.

10.12. Foi utilizado o valor médio cobrado por litro no mês de fevereiro de 2018 em posto no DF, contudo os preços que devem ficar dentro dos limites da tabela da ANP. (<http://www.anp.gov.br>).

10.13. Comunicar ao **DNPM**, por escrito, toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação dos serviços e prestar todos os esclarecimentos que por ele forem solicitados.

10.14. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do Contrato, sem prévia autorização do **DNPM**.

10.15. Acatar as orientações do **DNPM**, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas.

10.16. Não transferir a outrem os serviços ora contratados, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da Administração do **DNPM**.

10.17. Realizar o cadastro no Sistema SEI no link http://sei.dnpm.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&acao_origem=usuario_externo gerar_senha&id_orgao_acesso_externo=0, que visa a assinatura eletrônica do contrato.

10.18. As Notas fiscais/Faturas deverão ser incluídas, por meio do **Peticionamento Eletrônico**, mediante Cadastramento do Usuário, no Sistema SEI, com todos os documentos exigidos no contrato, conforme orientação para o cadastramento do usuário externo, por meio do link: [Manual do usuário externo](#).

11. DAS OBRIGAÇÕES DO DNPM

11.1. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

11.2. O **DNPM** designará um representante da Administração para fazer a fiscalização e o acompanhamento do cumprimento deste contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização dos problemas observado.

11.3. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

11.4. Fornecer a relação dos veículos pertencentes ou a serviço do **DNPM**, autorizados para utilizar os serviços.

11.5. Notificar à **CONTRATADA** por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

12. DO PAGAMENTO

12.1. Os pagamentos serão efetuados mensalmente, exclusivamente por meio de ordem bancária, para crédito na Conta Corrente nº _____, Agência nº _____ do Banco _____, em até 20 (vinte) dias, contados do aceite da documentação apresentada, de acordo com o disposto no art. 40, inciso XIV, § 3º da Lei nº 8.666/93;

12.2. As Notas fiscais/Faturas deverão ser incluídas, por meio do **Peticionamento Eletrônico**, mediante Cadastramento do Usuário, no Sistema SEI, com todos os documentos exigidos no contrato, conforme orientação para o cadastramento do usuário externo, por meio do link: [Manual do usuário externo](#).

12.3. As Notas Fiscais/Faturas deverão ser emitidas pela própria **CONTRATADA**, obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta;

12.4. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de Nota Fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços.

12.5. No caso de constatação de erros ou irregularidades na nota, o prazo de pagamento será reiniciado após a apresentação de nova nota fiscal devidamente corrigida;

12.6. O **DNPM** não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela **CONTRATADA**, que porventura não tenha sido acordada na contratação.

13. DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1. A **CONTRATADA** deverá garantir a existência de no mínimo 01 (hum) posto de combustível, no perímetro urbano de Brasília (Plano Piloto), devidamente credenciado e ativo, que forneça os combustíveis listados na tabela do item 3.7.

14. DAS PENALIDADES

14.1. Pela inexecução total ou parcial da prestação dos serviços, garantida a defesa prévia, a prestadora ficará sujeita às penalidades previstas na Lei 8.666/93 e, ainda, às seguintes:

14.2. Advertência;

14.3. Multa moratória de 0,067% (sessenta e sete milésimos de ponto percentual) do valor total do serviço, por dia de atraso, no caso de descumprimento dos prazos, limitada a incidência desse percentual ao trigésimo dia de atraso;

14.4. Multa compensatória de 2% (dois por cento) do valor total do serviço por infração de qualquer cláusula ou condições pactuadas, exceto pelo descumprimento dos prazos;

14.5. Suspensão temporária de participação em licitação de até 02 (dois) anos, no âmbito do DNPM, em função da gravidade da falta cometida ou no caso de inexecução total das obrigações pactuadas, sem justificativa.

14.6. As multas aplicadas deverão ser recolhidas no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração descontar o seu valor da Nota Fiscal ou Documento de Cobrança, independente de notificação, por ocasião de seu pagamento, ou cobrá-las judicialmente, segundo a Lei nº 6.830/80, com os encargos.

15. DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

15.1. Nos termos do art. 67, § 1º, da Lei nº 8.666/93 o **DNPM** designará, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, um representante que adotará as orientações do Art. 31 e seguintes da IN 05/2017 SLTI/MP e o Termo de Referência, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

15.2. As decisões e providências, que ultrapassarem a competência do representante do **DNPM**, deverão ser solicitadas à autoridade competente, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

15.3. A fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive quanto aos danos causados ao **DNPM** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, ou por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, de conformidade com art. 70 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados ao DNPM no Orçamento Geral da União para o exercício de 2018 a cargo do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, com Programa de Trabalho 22.122.2119.20000001, PTRES 137385 - Administração da Sede, Elemento de despesa 3.3.90.30.01 – **Combustíveis Lubrificantes e Automotivos**.

17. DA GARANTIA

17.1. A **CONTRATADA**, de acordo com o disposto no art. 56 da Lei nº 8.666/93, apresentará ao **DNPM** garantia para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas, no montante correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total do Contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do ato de assinatura do Contrato, em uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro Garantia;
- c) Fiança bancária.

17.2. Na hipótese da utilização da garantia pelo **DNPM**, em função de quaisquer penalidades aplicadas, a **CONTRATADA** deverá fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data em que for notificada.

17.3. A garantia prestada pela **CONTRATADA** somente será liberada ou restituída aos o cumprimento integral das obrigações por esta assumida.

18. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, FUNDAMENTAÇÃO E DOS CASOS OMISSOS

18.1. A contratação será regida pela Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto 5.450/2005, Decreto nº 3.555/2000, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto nº 6.204/2007, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, consubstanciado pelo Parecer da Procuradoria Jurídica/PROGE nº ____/2018, de __de____de 2018, e em conformidade com a documentação constante do Processo nº 48400.700368/2018-22.

18.2. Instrução Normativa nº 05 SLTI/MPOG, de 25 de maio de 2017.

18.3. Nos casos omissos toda Legislação Federal pertinente.

19. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

19.1. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, conforme o caso, observando-se o estabelecido no art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. O produto fornecido deverá estar rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Termo de Referência e nas Propostas. A inobservância destas condições implicará recusa do produto sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da **CONTRATADA** inadimplente.

20.2. As regras estabelecidas neste Termo de Referência, especialmente aqueles referentes a prazos, poderão ser derogadas por outras previstas em legislação específica, se adotado procedimento de aquisição que deva observar regras incompatíveis com aquelas aqui estabelecidas.

21. FORO

21.1. Fica estabelecido o FORO da Justiça Federal, em Brasília/DF, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas da Contratação, conforme estabelece artigo 55, parágrafos 2º da Lei 8.66

21.2. O presente documento segue assinado pelos Integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação, conforme Documento de Oficialização de Demanda, documento SEI nº 0224952.



Documento assinado eletronicamente por **Cleonice Sousa Ferreira, Chefe de Serviço**, em 08/05/2018, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Lúcia dos Santos, Chefe de Divisão**, em 08/05/2018, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site www.anm.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **0279776** e o código CRC **206B1463**.

Referência: Processo nº 48400.700368/2018-22

SEI nº 0279776